

Legislação Brasileira para Uso de Agentes de Controle Biológico.

Deise Capalbo e Luiz Alexandre N. de Sá (CNPMA/Embrapa)

A análise de risco e impacto ambiental do uso de agentes microbianos de controle é um projeto da Embrapa/CNPMA. Os objetivos gerais são elaboração e

validação de metodologias de avaliação de risco de agentes microbianos de controle, avaliação de possíveis efeitos adversos de alguns agentes microbianos sobre organismos não visados e capacitação de recursos humanos. Espera-se promover o Controle Biológico no país, com produtos biológicos, com controle de qualidade e segurança ambiental e do homem.

As conclusões da discussão com a comunidade científica e o setor privado, realizada em 1994, foram: regulamentações específicas para agentes microbianos de controle de pragas são indispensáveis, e que, legisladores, cientistas e executores de diferentes ações, devem trabalhar em conjunto no desenvolvimento de testes que realmente avaliem o risco ambiental dos agentes microbianos de controle de pragas.

Metas do projeto: 1) análise para o ambiente aquático; 2) análise para o ambiente terrestre: aves e insetos; 3) análise para mamíferos; 4) legislação; BPL; Planejamento Experimental e Identificação de Microrganismos; 5) formação de banco de dados (Quem é Quem na Análise de Risco) através de formulários preparados e enviados e; 6) análise de publicações sobre ANÁLISE DE RISCO.

Qualquer que seja a técnica biológica utilizada para uso no controle de pragas, não será livre de *risco* (magnitude e probabilidade de um efeito adverso ocorrer). A avaliação do risco deve ser realizada pela determinação do *dano* (que tipo de dano o agente causará), *exposição* (que população estará exposta, a que concentração e duração da exposição). O objetivo é proteger o indivíduo na sociedade e, consequentemente, a sociedade como um todo.

Certamente, do ponto de vista científico, a parte mais importante do processo de decisão sobre o uso de um produto microbiano é o processo de avaliação de risco ambiental. Deve-se estudar o risco sobre organismos benéficos não alvo, inclusive o homem, visando conservar a população do organismo não alvo ou a comunidade das populações e não o indivíduo “per si”. A avaliação de risco ambiental para agentes microbianos tem como fatores de risco o deslocamento competitivo, a alergenicidade, a toxicidade, a patogenicidade (a organismos não alvo, tanto por ação direta sobre o não alvo como pelo sinergismo com outros organismos presentes no ambiente).

O balanço entre os riscos e benefícios é feito por órgãos federais responsáveis pelo registro e, ou, pela avaliação ambiental, objetivando avaliar o grau de risco versus o seu custo, e, considerando os riscos de produtos alternativos, de outros métodos disponíveis, inclusive de não se controlar e analisar valores sociais e ecológicos. Devem ser conduzidos testes onde o organismo não alvo é

exposto ao produto microbiano a ser avaliado, observando se efeitos adversos significativos são produzidos. Testes com o próprio agente microbiano, isoladamente, podem ser desenvolvidos para se conhecer seu potencial de *persistir e multiplicar* no ambiente e, conseqüentemente, se ocorrerá exposição do organismo não alvo. Como resultado desses testes, é feita uma *avaliação de risco* do uso do produto (dano e o organismo afetado). A *análise*, em seguida, leva em consideração os riscos detectados e os benefícios do uso daquele produto. Se for detectado um risco inaceitável, serão propostas medidas mitigadoras (procedimentos técnicos ou legislativos para restringir o uso do produto, de maneira que a exposição seja reduzida), visando gerenciar e reduzir os riscos.

O uso e a comercialização de produtos microbianos estão estabelecidos em Portarias e Normas de três órgãos federais e em uma Comissão Nacional, dependendo do tipo ou da finalidade de uso que apresentem. Cabe ao IBAMA a análise de risco ambiental em todos os casos. A proposta de protocolos de avaliação estão no CNPMA e IBAMA.

O país dispõe de uma legislação que regula a introdução de organismos no país, a remessa destes ao exterior e a coleta de organismos vivos por brasileiros e estrangeiros no território nacional. A legislação brasileira sobre intercâmbio de agentes de controle biológico é fundamentada no Decreto Presidencial 24.114, de 12 de abril de 1934, que aprovou o “Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal”. Esse regulamento estabelece as normas básicas sobre o que é e o que não é permitido introduzir no país, as vias de importação, os documentos necessários e os procedimentos a serem adotados pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA).

Pela necessidade de se estabelecer a forma de introdução de organismos para controle biológico no Brasil, a Portaria 106, de 14 de novembro de 1991, da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, estabeleceu o credenciamento do Laboratório de Quarentena de Organismos Úteis, para controle biológico de pragas e outros, situado no CNPMA / Embrapa / MAA, em Jaquariúna, SP. Todos esses Decretos, Portarias e Leis, relativos a coleta, importação e exportação de organismos, estão disponíveis no Sistema Internacional e Informação sobre Controle Biológico para acesso on-line, via Internet, através o endereço: <http://www.bdt.org.br/bdt/biocontrol>. Deve-se selecionar “Legislação” , então, “Brasil”, para acessar essa base de dados.